



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ipiranga, 60 – Centro  
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

01/22

Aos vinte e oito dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e um, às 18:46 horas, em segunda chamada se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro de Canoas, para reunião ordinária, com a seguinte pauta: Informes da Mesa, Análise da Programação Anual de Saúde 2020(PAS2020), Análise e votação do Parecer da Comissão de Orçamento do relatório do 2º Quadrimestre de 2020. (2º RDQA 2020), Análise e votação do parecer da Comissão de Orçamento do relatório do 3º quadrimestre da gestão da SMS 2020. (3º RDQA2020), Análise e votação do relatório anual de 2020 da gestão de despesas da SMS. (RAG 2020), Comissão de Eleições do CMS, Análise da Programação Anual de Saúde 2021(PAS 2021), Plano Municipal de Saúde 2022/2025, e assuntos gerais. O Presidente dá as boas-vindas aos presentes e enfoca que esta é a primeira reunião de 2022 e enfoca a gratificação de estarmos com quórum alto para reunião tão importante e de forma presencial. Lembra que nossas reuniões respeitarão o calendário oficial do Conselho, que contempla reuniões ordinárias nas segundas e quartas, segundas-feiras do mês. Questiona se todos receberam a convocação, dizendo que quem não recebeu, deve regularizar seu e-mail, perante a secretaria do Conselho. O Presidente fala da Conferência Municipal de Saúde Mental cita o trabalho do secretário Ronchetti e que o Relatório do evento foi encaminhado para o estado e que cópia está a disposição no CMS, Os delegados serão chamados para discutir as propostas e irem em uníssono para a Conferência Estadual, que será de forma on-line. Será erguido um telão no Sindicato dos Metalúrgicos. Menciona os problemas da nova sede da Casa dos Conselhos, como a falta de mobilidade e até da cor. O Prefeito disse que mudará e arrumará as deficiências e que ele não sabia que a mudança tinha sido tão apressada. Fala que a Casa dos Conselhos não pode ser um edifício e enumera os motivos. Menciona que colocará um elevador externo, O Presidente cita reunião com o Secretário de Relações Institucionais se da primeira reunião dos conselhos que compõem a Casa dos Conselhos, elogiando a iniciativa. Informa que no dia 28/04/2022, a Casa fará doze anos de atividade e se pretende uma atividade comemorativa. O conselheiro Getúlio pergunta quais os conselhos fazem parte da Casa e o Presidente responde e continua a trazer os informes da Mesa Diretora, iniciando por trazer as indicações do CMS as diversas instâncias. Para a Comissão de ética do Unilasalle, a conselheira Cristiane Freitas. Para a Comissão de Demandas Judiciais, os conselheiros Eduardo Favero e a Cristiane Freitas. Para a Comissão de Investigação da Mortalidade Infantil, as conselheiras Margarete Maciel e Nedi Henriques da Silva e para o Comitê de Valorização da Vida, os conselheiros Neidarlán Dalfolo Ribeiro e Zaira Ribas. Fala que esteve em reunião com o Conselheiro Local José Fernando, coordenador PAC, enfermeira Lisiane, gestora e pessoal do CanoasTec, sobre os problemas de internet e telefone do serviço e que serão consertados nesta semana e por fim que recebeu convite para conhecer o novo endereço do CAPS III Travessia que fica na rua Sepé Tiarajú e que se mudará para a Guilherme Shell, perto da Casa Mimosa e que o locador irá reformar e no prazo de trinta dias. Iniciada a pauta para votação e o primeiro assunto é a Programação Anual de Saúde 2020. A PAS 2020 já foi alvo de análise e aprovação na ata 07/2021, não sendo necessária discussão maior. Ratifica-se a aprovação anterior. Passada a apreciação dos pareceres dos relatórios do 2º quadrimestre de 2020.- (2º RDQA 2020),, 3º quadrimestre (3º RDQA2020) e anual de 2020, o coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças e Técnica, conselheiro Eduardo Favero, solicita a Plenária a supressão da leitura individual, tendo em vista que os pareceres foram encaminhados tempestivamente e que serão uma repetição enfadonha dos mesmos problemas, além da pauta, enviada pelo senhor Presidente, ser bastante longa e a oportunidade de nos retermos, principalmente, as dúvidas dos conselheiros.. O parecer do segundo quadrimestre foi encaminhado a Presidência em 31/10/2021 e ficou assim definido em suas dificuldades. As imobiliárias Segura e Brandalise continuam emitindo fatura única para mais de um imóvel, sob a argumentação de praticidade, Exigimos mudança na política de segurança da secretaria, Continuamos a solicitar os termos de cedência dos adidos Gilvan da Silveira Rodrigues e Denise Prestes Brum. Continuamos a encontrar diversas



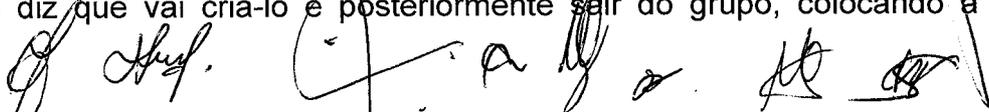
contratações/compras por dispensa de licitação, Pedimos cópias de todos os contratos de aluguéis para análises e comprovação do porquê de em alguns casos a quitação do aluguel, se daria com descontos de impostos e em outros casos, não. Qual foi o registro de preços que permitiu que a unidade da máscara N95 custasse R\$ 12,94. Fornecedor Cormat Com e Servs Ltda ME. NF 028.949.149 Série 890. No mês de junho foram adquiridas 30 coleiras antiparasitárias Scalibor, ao custo de R\$ 1.407,00. Foram solicitadas cópias do contrato com empresa Escala Comunicação, Tecnisan e Transervice, não fornecidos. As demandas judiciais tiveram arrefecimento nos meses de maio, junho e julho, voltando ao topo em agosto/2020. Continuação de ser fornecidos produtos de marca e/ou nome comercial, por decisão judicial, mesmo que seja regra do Conselho Nacional de Justiça. Faz-se necessário a continuidade da recomendação da formação de comissão intersetorial para análise de demandas judiciais, para fins de podermos organizar, catalogar, planejar e defender os interesses da comunidade. Pedimos uma normatização dos critérios para a escolha entre comprar e deixar bloquear valores em decisões judiciais, analisando e garantindo a possibilidade de se reaver valores de demandas, cujos réus são município e estado. Questionamos até quando faremos pagamento em duplicidade dos imóveis da Farmácia Básica da Santos Ferreira e Depósito Central, já que há bastante tempo não servem os imóveis para este fim. Mais uma vez esta comissão questiona gastos na compra de ranchos para funcionários, o que não consideramos ideal, para o comprometimento constitucional, mesmo que haja uma lei municipal, nos passada, que o permita. Pagamentos aos trabalhadores do "mais médicos", não estão sendo pagos pelo banco oficial, por isso, solicitamos cópias de seus holerites, não entregues. Notas apresentadas, tem valor diferente do notificado em relatório de Prestação de contas. Exemplo: empresa YC Serviços. Enfim, pela dificuldade de se analisar aumento de gastos de insumos e a nosso ver, encontrar erros operacionais, bem como a impossibilidade de análise tempestiva da documentação e a dificuldade de parecer determinativo resolve, a Comissão de Orçamento e Finanças e Técnica, por sua maioria, recomendou ao Plenário, um parecer favorável de aprovação com ressalvas a prestação de Contas do Relatório de Gestão Municipal da Saúde e a aprovação do Relatório de Indicadores de Saúde. Aguardando a solução por parte da nova administração, dos apontamentos dos últimos pareceres. No parecer do terceiro quadrimestre de 2020, houve uma repetição dos problemas apresentados, ficando assim descrito, A imobiliária Brandalise continua emitindo fatura única para mais de um imóvel, A questão da vigilância no depósito de medicamentos, ainda é inexistente. Os termos de cedência dos adidos Gilvan da Silveira Rodrigues e Denise Prestes Brum, não foram entregues. Perguntamos por que adesivos para ônibus, não estão incluídos em contratos de mídia e onde foram utilizados?

a) Notas encaminhadas pelo valor total do contrato, enquanto no relatório o valor é por entrega, dificultando a análise da real entrega. Sugerimos providências para incorporar a inclusão das negativas de débitos tributários e operacionais, dos prestadores de serviços. Exemplos: empresa YC, MD, Translog e outros e não foi aceito. Existência de compra de milhares de lençóis e roupas de cama, com a constante reclamação da falta dos itens. Informações de roubo de peças. Solicitamos documentação das providências tomadas e o real alcance dos fatos e providências. Chamou a atenção muitos consertos de aparelhos odontológicos e compra de insumos, tendo em vista que durante o período pandêmico, não houve o atendimento constante. Pedimos onde foram instalados os RX para hospitais de Campanha e onde está vinculada a Furgoneta. Contratações/compras com dispensa de licitação em grande número. Os contratos de aluguéis têm muitas disparidades de tratamento. As empresas Escala Comunicação, Tecnisan e Transervice, não foram fornecidos. As demandas judiciais, continuam tendo tratamento superficial. Continuamos a constatar o fornecimento de produtos de marca e/ou nome comercial, por decisão judicial. Faltam critérios claros para a escolha entre comprar e deixar bloquear valores em decisões judiciais. O pagamento em duplicidade dos imóveis da Farmácia Básica da Santos Ferreira e Depósito Central, na Boqueirão, continuam a ser pagos, sendo que há bastante tempo não servem os imóveis para este fim. Gastos na compra de ranchos para funcionários, o que não consideramos ideal, para o comprometimento constitucional, mesmo que haja uma lei municipal, nos passada, que o permita. Negativa na entrega das cópias dos holerites dos mais médicos. Falta da comissão de análise para busca de soluções quanto as demandas judiciais, pedida a seis anos. Pedimos critérios expostos de motivações para contratações, com dispensa de licitação, c) Apresentamos arguição sobre a permanência do pagamento de imóveis



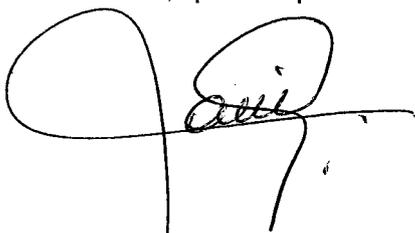


da antiga Farmácia Básica da Santos Ferreira e Depósito Central, que alteraram seu endereço de funcionamento, há bastante tempo, sem a entrega efetiva aos proprietários e a continuidade da despesa, item já apontado em 2019. Dificuldades de respostas a itens requeridos. Entendemos que cabe a administração responder aos questionamentos dos conselheiros, mesmo que tenham sido feitos em outros momentos e com a rapidez necessária ao cumprimento dos prazos, previstos na legislação do SUS. Mesmo com a repetição das inconsistências ainda acreditamos na supressão das incongruências, ainda assim recomendamos a aprovação com ressalvas, aguardando solução. Em última análise do ano de 2020 e tendo em vista que continuamos com dificuldades, a Comissão de Orçamento e Finanças e Técnica resolve baseada nos pressupostos de responsabilidade e legitimidade, a ela inerentes recomendar ao Plenário do CMS, um parecer desfavorável de aprovação na prestação de Contas do Relatório de Gestão Municipal da Saúde referente ao ano de 2020, por não ter havido solução dos problemas apontados. Aberto para questionamentos o conselheiro Mauro Guedes, da FMS, pergunta qual o efeito da rejeição das contas ao município e o conselheiro Eduardo Favero responde que não há prejuízo ao município e sim, um alerta ao TCE, da inconformidade com atitudes do Gestor. O conselheiro Getúlio vê a divulgação antecipada dos pareceres e pede que haja uma antecipação de quarenta e oito horas. O CM Eduardo responde que é de extrema valia esta transparência e que considera que vinte e quatro horas, não foi ainda o prazo ideal, mesmo sendo final de semana e recebe com alegria a valorização da importância deste trabalho. O conselheiro Presidente, Mário, vê as recomendações como positivas e natural a rejeição, já que os problemas não foram sanados. Eles serão analisados pelo TCU, que analisará sobre as consequências ao gestor. Lê vários pontos apontados, como pergunta o caso da Farmácia Básica. O Presidente coloca os pareceres em discussão, um a um e todos foram aprovados individualmente por catorze votos favoráveis e nenhum voto contrário ou abstenção. O vereador Gilson pergunta como os edis irão acompanhar os relatórios? O Presidente Mário explica todas as etapas de análise das Prestações de Conta e sugere que a Câmara não aprove as contas, sem análise do CMS. O conselheiro Eduardo sugere que a audiência pública seja realizada a noite e o vereador Gilson, explica que a Câmara só empresta o Plenário e que a SMS já vem com um arquivo bonito e que não tem como analisar os relatórios. O Vereador Bamberg diz ao vereador Gilson que se fazem, são criticados e se não fazem também são criticados. O conselheiro Getúlio pergunta se os conselheiros quiserem ver os relatórios. O CM Eduardo responde que os relatórios, notas e todas as anotações ficam à disposição de todos os conselheiros. Sugere a criação de uma comissão Câmara e CMS para discutir o relatório. O CM Getúlio pede explicações como as comissões trabalham. O CM Mário, explica e diz que a Comissão continua a disposição para quaisquer esclarecimentos e elogia a sugestão do conselheiro Eduardo. O Presidente passa para o debate do Plano Municipal de Saúde 2022-2025. O conselheiro Eduardo explica que este Plano foi encaminhado no ano anterior e que foi uma versão provisória e que será completada com as demandas da Saúde Mental. O Presidente Mário diz que o plano anterior, venceu no ano passado e que foi discutido em plenárias de saúde. O Secretário da Mesa, Eduardo, irá encaminhar os conselheiros novamente. A conselheira Margarete pede que seja enviado por e-mail. O CM Getúlio pede que seja por WhatsApp, pois já desativou seu e-mail. A CM Cristiane Bortoncello sugere que seja encaminhado pelos dois meios. O CM Mário diz que o Plano já foi aprovado pelo TCE e o CMS tem uma cópia física, se os conselheiros quiserem verificar. A última pauta da noite tratou sobre as eleições do CMS, que será realizada em maio deste ano. Após lê os procedimentos a serem aplicados e que estão de acordo com o Regimento. Lembra que é sugestão do CES e decisão do CMS de Canoas, de que o Presidente seja do segmento usuário. Exemplifica que o conselho tem um momento em que se faz imperativo. Quando emite Resolução e o prefeito não acata, ele pode ser impedido. O Presidente diz que temos que escolher uma comissão eleitoral e explica o que esta fará. Pergunta quem se candidata, O CM Eduardo explica que deve ser paritária e o CM Mário fala que quatro seriam suficientes. As conselheiras Margarete Maciel e Maria da Graça, pelos usuários, a CM Raquel, pelo segmento Gestor e Prestador de Serviços e a CM Denise Zilioto, pelos Profissionais em Saúde. A conselheira Margarete pergunta quando podem se reunir e sugere a criação de grupo de whatsapp. O CM Eduardo diz que vai cria-lo e posteriormente sair do grupo, colocando a CM





Margarete como administradora. Abre-se a reunião para assuntos gerais e o CM Getúlio declara que o HNSG está fazendo sessenta e a ABC, fundada em 1948, em 2023, fará setenta e cinco anos, A ideia é que se faça um ano de atividades e que pretendem lançar um livro, sobre a história da Instituição. Estão buscando fórmulas de revitalizar o HNSG. Fala de forma emocionada. O CM Mário declara que o conselheiro Getúlio além de representar a ABC no CMS, é o Presidente do Conselho Deliberativo do Graça. Diz que estão ficando velhos e precisam renovar o quadro. Quem construiu foi o povo. Fala que tem sessenta associados e trinta e oito ativos, não sendo número suficiente para ocupar os cargos na Diretoria. O vereador Bamberg diz que participou efetivamente da história do Graças. Muitas dificuldades e que alguns conselheiros afastaram a renovação. Próxima reunião marcada para 11/04/22. O Presidente diz se sentir gratificado, pois dezoito, dos vinte oito conselheiros estiveram presentes e ativamente discutiram a saúde de Canoas e seu futuro e com a pauta vencida, o Presidente encerra a reunião às 20:10 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.



gerado

Sustitua de Souza

